

Cássio Benvenutti de Castro

# Ônus da Prova

Função e Natureza Jurídica

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

Copyright © 2018 by Cássio Benvenuti de Castro

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

C355o

Castro, Cássio Benvenuti de.

Ônus da prova : função e natureza jurídica / Cássio  
Benvenuti de Castro. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.  
156 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 127-139.

ISBN 978-85-519-0902-7

1. Direito Processual. 2. Processo Civil. 3. Ônus da Prova.  
4. Verdade. 5. Prova. I. Título.

1132070

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 A Transcendência a Verdade</b> .....	11
1.1 O enunciado “está provado que p” (relação verdade-prova) .....	15
1.1.1 A perspectiva cultural.....	17
1.1.2 O modelo persuasivo de prova .....	20
1.1.3 O modelo demonstrativo de prova.....	22
1.1.4 O modelo compartilhado de prova .....	23
1.2 A perspectiva semântica (relação verdade-prova) .....	30
1.2.1 O modelo solipsista: “Está provado que p” no sentido de que “o juiz está convencido que p” .....	32
1.2.2 O modelo objetivo: “Está provado que p” no sentido de “é verdade que p” .....	33
1.2.3 O modelo utilitário: “Está provado que p” no sentido que “existem elementos suficientes para corroborar p” .....	34
1.3 A fossilização do “erro” judicial no contexto da standardização da prova e do ônus da prova como tramas inconsúteis.....	40
1.4 O papel das presunções e o decorrente acoplamento decisório de prejudicialidade: o (micro?) sistema do CDC (em especial: o art. 6º, VIII, do CDC) .....	53
<b>2 O Ônus da Prova</b> .....	71
2.1 A multifuncionalidade do ônus da prova e os poderes instrutórios do juiz.....	72

2.2 Os imperativos constitucionais sobre o ônus da prova .....	79
2.3 A dinamização do ônus da prova .....	82
2.4 O procedimento da dinamização: dever e momento da motivação judicial.....	86
2.5 As limitações à dinamização do ônus da prova (processuais e materiais) .....	89
2.6 Segue: a questão da inesclarecibilidade da afirmação jurídica .....	91
2.7 Ônus ou dever de provar? .....	96
2.7.1 A doutrina de Artur Thompsen Carpes .....	98
2.7.2 A doutrina de Vitor de Paula Ramos.....	101
2.7.3 O esboço de Cássio Benvenuti de Castro .....	112
<b>Conclusão .....</b>	<b>123</b>
<b>Referências .....</b>	<b>127</b>